



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 9/2013

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,

REALIZADA NO DIA 30 DE DEZEMBRO

DE 2013: -----

----- Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, nesta Vila de Mira, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.ª Secretária. -----

----- Estiveram, igualmente, presentes os Membros da Assembleia Ex.^{mos} Srs. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, Carlos Jorge dos Santos Nora, Enf.^a Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Prof. Doutor Joaquim Manuel Henrique de Sousa Pinto, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof.^a Vera Lúcia de Jesus Manco, Dr.^a Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Eng.º Rui Miguel dos Santos Terrível, João Maria Nogueira, Enf.º Manuel Ferreira Inocêncio, Prof.^a Zélia Domingues Morais, Dr.^a Telma Milene Magueta Salvador, Dr. João Luís dos Santos Marques de Pinho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz e Gabriel Miranda de Pinho. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram dezassete horas e vinte cinco minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e as ausências anteriormente referidas.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu início à reunião e informou os presentes do pedido de renúncia de mandato apresentado pelo Dr. Ricardo Jorge Mendes Costa, em 18 de dezembro de 2013.-----

----- De seguida, verificada a respetiva identidade e legitimidade, assumiu funções, nos termos das disposições contidas nos artigos 47.º e 79.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e de acordo com o resultado do ato eleitoral que teve lugar no dia 29 de setembro de 2013, cujo apuramento geral foi publicado através de edital de 03 de outubro de 2013, o Professor Carlos Manuel Domingues Veríssimo, portador do Cartão de Cidadão n.º 4487311, válido até 15/01/2015, residente na Rua da Carriça, n.º 76, na localidade do Ramalheiro, freguesia e concelho de Mira, eleito pelo PPD/PSD (Partido Social Democrata).-----

----- PERÍODO DE ANTES DA “ORDEM DO DIA”: -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu início aos trabalhos e propôs à Assembleia um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Professor José Frade, elemento daquela Assembleia Municipal no anterior mandato, o qual tinha deu o seu contributo em prol do desenvolvimento do Concelho. Do mesmo modo, propôs ainda um minuto de silêncio em memória daquele ex-Deputado.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Findo aquele minuto de silêncio, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** solicitou aos presentes que se inscrevessem para as habituais intervenções no Período Antes da Ordem do Dia e esclareceu que o Sr. Presidente da Câmara iria responder às perguntas após cada três intervenções.-----

----- Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, que começou por agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e ao Executivo o facto de ter dado seguimento às obras na Escola Básica dos Carapelhos, iniciadas pelo anterior Executivo.-----

----- Interveio o Eng.º **Rui Terrível (MAR)** que leu o texto que a seguir se transcreve na íntegra: -----

----- "*Saudações a todos os cidadãos, aos senhores presidentes: da AM, da CMM e das juntas de freguesia e demais membros desta AM e executivo, assim como, funcionários do Município.* -----

----- *Neste período antes do novo Ano, último período antes da ordem do Dia de 2013 queremos lembrar/distinguir coisas principais de secundárias, ou seja, vincar a importância capital da Água, Saneamento e Resíduos e o esquecimento das edificações/equipamentos públicos nomeadamente Incubadora Empresas, Videira Norte e Mercado de Mira entre outras, em contraponto com as intenções de fazer coisa nova e portanto obra, quando se afigura naturalmente lógico conservar/reabilitar/restaurar as existentes.* -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O MAR quer reviver uma qualidade de água para consumo humano sem CHEIRO, sem SABOR e sem COR, é isto que aprendemos na escola básica, é com estas características que os consumidores devem ser servidos. -----

----- O trinómio ÁGUA-SANEAMENTO-RESÍDUOS demarca a qualidade dos ecossistemas, do ambiente no Concelho e está intimamente ligado com paisagem e com a saúde. O desequilíbrio à protecção deste trinómio básico espelha bem o que acontece quando se invertem as prioridades, ou seja, temos perdido a identidade das paisagens, das memórias e os usufrutos estão comprometidos no presente, um exemplo disto é a qualidade dos banhos nas massas de água doce da Barrinha e Lagoa. -----

----- ÁGUA -----

----- Queremos um futuro mais sadio, portanto temos que oferecer qualidade e quantidade de água e temos que ter meios para limpar, reabilitar, restaurar conservar toda a rede desde a captação no aquífero até a cada do cidadão. -----

----- A água de qualidade na rede de consumo humano depende das boas práticas nas redes de saneamento, pluviais e resíduos, portanto pertencentes ao mesmo ciclo. -----

----- A água deve ser servida SEM CHEIRO, SEM SABOR E SEM COR, características verificáveis pelos sentidos, sem qualquer análise química, bacteriológica ou radiológica entre outras. Como é óbvio qualquer água que apresente cor, turvação, cheiro ou sabor não pode ser água de boa qualidade. -----

----- A tecnologia do arejamento “efectuado no passado” é o método mais barato para oxigenar e retirar gás carbónico, a filtração através de areia para eliminar o ferro,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

manganês e eventualmente amónia, seguido descontaminação/desinfecção para garantir a qualidade bacteriológica com cloro através de uma solução de hipoclorito de sódio. -----

----- CONTUDO, CONSTATAMOS QUE: -----

----- 1. O objetivo básico de um sistema de abastecimento de água que é “fornecer água continuamente em quantidade e qualidade”, não tem tido um regime permanente nem confiável.-----

----- 2. O tratamento da água ajustado ao recurso explorado é deficiente, a limpeza do sistema é fraca, não há periodicidade de limpeza das cubas, condutas adutoras, condutas distribuidoras, purgas, depósitos, torre de pressão e da rede, além do desperdício existente nos depósitos por falta de válvulas de paragem das bombas adutoras.-----

----- 3. Os furos devem conter uma área de protecção materializado com uma raio descrito na lei, a ETA deve apresentar-se limpa de resíduos nas imediações, apresentar vedações seguras para evitar qualquer tipo de vandalismo, nomeadamente biológico hoje e amanhã cada vez mais possível. -----

----- 4. A segurança radiológica dos furos de profundidade deve ser tida em conta uma vez que há conclusões em estudos que apontam a eventual existência de radionuclídeos naturais. Portanto afigura-se de importância capital ter certezas e usar águas menos profundas com menos custos de bombagem, sem misturas com as águas profundas, usando as melhores técnicas disponíveis para garantir a efectiva qualidade de água.----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para além da água que consumimos, temos também de nos preocupar com a rede que a transporta. Também aqui há problemas e necessidades urgentes, como bem nos lembramos durante o último período eleitoral onde houve inclusivamente acusações de danos perpetrados de forma intencional.-----

----- É imprescindível substituir as condutas de fibrocimento, quer pela sua velhice, deficiente resistência mecânica, durabilidade e fadiga do material, além de abastecerem ainda grande número de cidadãos das zonas mais antigas. -----

----- Substituir condutas é sempre desejável, apesar da OMS, entre outros organismos afirmarem que não há que ter receio da água transportada por este tipo de condutas.

“O nosso organismo não pode absorver quaisquer fibras de amianto por via estomacal ou intestinal. Estas fibras (se existirem na água) são completamente expelidas pelo tubo digestivo. O amianto é perigoso por inalação, não porque seja tóxico, mas porque certas fibras se podem fixar nos pulmões originando uma doença chamada SILICOSE”.

----- Esta posição não está sustentada por nenhum estudo, assim sendo o MAR considera que é prevenindo e investindo na substituição de tubagens que tenham amianto que se garante a saúde. -----

----- SANEAMENTO -----

----- 1. Não é aceitável que troços de rede de SANEAMENTO entrem em serviço sem garantia de destino final adequado, não é aceitável que sucessivos executivos consintam rejeições no domínio hídrico, incitando a resposta do ecossistema, pelo excesso de nutrientes, com a proliferação desenfreada de infestantes aquáticas. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- 2. Há também indicações que alguns troços, como por exemplo na Rua Afonso Costa, estão “obstruídos ou com outra anomalia” e portanto com deficiente escoamento ou mesmo com intrusão de águas pluviais. -----

----- 3. Não queremos nem podemos, a bem do orçamento municipal, pagar águas pluviais como saneamento senão o saneamento jamais será sustentável e não esquecendo que as águas pluviais devem ser mantidas em terra não escoadas para o mar. -----

----- **RESÍDUOS**-----

----- 1. Criação de pontos de recolha e de transferência para valorização ou reciclagem de resíduos em produto para outros processos, um exemplo são os resíduos de construção demolição que tem servido indevidamente para aterro dando para valorizar reutilizar.-----

----- 2. Criação de um horto camarário para compostagem de bio resíduos de origem doméstica e sua incorporação em plantações, recolha e encaminhamento de resíduos florestais para empresa líder de mercado que existe no Concelho. Pagamos à ERSUC relva/RCD como resíduos urbanos, aqui surge outra grande falha que se traduz numa grande fatia orçamental, enviando para aterro fracções de resíduos possíveis de reciclar aqui no Concelho. Mais uma vez, a bem do orçamento municipal, este procedimento deve ser evitado. -----

----- **Melhor ÁGUA SANEAMENTO E RESÍDUOS – SAÚDE** são os votos para o novo Ano de 2014. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Rui M. S. Terrível”-----

----- Interveio a Prof.^a **Zélia Morais (PS)** que perguntou se havia possibilidade de ser feita uma intervenção na Rua Nova do Salão, no troço compreendido entre a Estrada Nacional 109 e o entroncamento com a rua que fazia a ligação à vacaria da Dona Preciosa Amorim. Acrescentou que era um troço com cerca de trezentos e cinquenta metros de pavimento muito danificado.-----

----- Findas as primeiras intervenções, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

----- O Sr. **Presidente da Câmara**, Dr. Raul Almeida, começou por deixar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Professor José Frade, que tinha feito parte daquela Assembleia e que tinha tido um papel importante nas suas intervenções e na prossecução dos interesses do Concelho.-----

----- Relativamente às intervenções, começou por agradecer o empenho da Junta de Freguesia dos Carapelhos, nas obras da Escola Básica, bem como o empenho, a preocupação e a atitude do Sr. Gabriel Pinho em resolver os problemas da sua freguesia e dos seus fregueses.-----

----- Agradeceu ainda à Associação de Pais, pela sua capacidade de intervenção e de negociação para a resolução do problema.-----

----- Quanto à intervenção do Eng.º Rui Terrível, subscreveu as preocupações enunciadas e disse que no Orçamento de 2014 estavam inscritas algumas obras fruto da preocupação daquele Executivo em relação às referidas matérias.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- mencionou, para além de outras obras, a necessidade de substituição das condutas de fibrocimento e de enquadrar essa obra no próximo quadro comunitário, na parte ambiental ou na eficiência energética, face ao montante elevado que aquelas obras implicariam.-----

----- Referiu ainda a questão do saneamento e alguns problemas naquela matéria que teriam que ser resolvidos. -----

----- Nesse sentido, disse que estavam inscritas no Orçamento verbas para saneamento nas localidades do Seixo, Cabeço, Lagoa, Ermida e Mira. -----

----- Em resposta à Prof.^a Zélia Morais disse que também aquela questão estava relacionada com o saneamento e que a lógica seria fazer primeiro o saneamento e só depois a pavimentação. Naquele caso concreto, dadas as condições em que aquele troço se encontrava, iriam optar por intervir, mesmo antes de fazer o saneamento.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou a palavra aos membros da Assembleia para uma nova ronda de intervenções.-----

----- Interveio o Sr. **Pedro Nunes (PSD)** que registou com agrado a realização de obras simples, tais como a recuperação de alguns abrigos de autocarro, a mudança da Feira dos 23, em Mira, entre outros. Referiu ainda a ação de voluntariado para limpeza dos jacintos-de-água na Barrinha, no dia dezoito de janeiro seguinte, com organização conjunta do Município e outras associações do Concelho. -----

----- Interveio o Dr. **João Luís Pinho (PS)** que retomou o tema dos *Caretos da Lagoa*, enquanto elemento tradicional da cultura do Concelho. Nesse sentido referiu a Lei



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

n.º 107/2001, que determinava as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, nomeadamente no seu artigo 92.º, referindo o “*especial dever das autarquias promover e apoiar a defesa e a valorização dos bens imateriais representativos das comunidades*”. Mais disse que já tinha apresentado o assunto naquela Assembleia Municipal, e tinha sugerido a criação de uma comissão cujo objetivo fosse a classificação dos Caretos da Lagoa como Património Imaterial de Interesse Municipal.-----

----- Solicitou que, com o apoio do Município, fosse criada uma comissão para inventariar e fazer uma memória descritiva daquele património, de modo a permitir um reconhecimento forma daquela tradição, enquanto património imaterial de interesse para o Concelho. -----

----- Acrescentou que os Caretos tinham desenvolvido nos últimos anos um trabalho interessante de projeção no exterior, onde tinham já uma representação em três continentes, contudo, em Mira, poderiam fazer um pouco mais. Para isso bastava que o Município alocasse um ou dois técnicos com alguma sensibilidade para aquela área, que reunisse com o representante dos Caretos e, de alguma forma, fosse criado um documento para apresentar àquele órgão, para que todos pudessem dar o seu contributo e que fosse reconhecida aquela tradição. -----

----- Interveio o Prof. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, que referiu com agrado a ligação da água no Cabeço. A esse respeito, perguntou se tinham sido ultrapassadas as dificuldades técnicas que tinham levado ao atraso naquelas



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ligações, bem como o prazo de conclusão das obras e para quando estavam previstas as ligações em Portomar e no Casal Sobreiro. -----

----- Interveio o Sr. **Carlos Nora (PS)** que começou por felicitar o Executivo por, de alguma forma, ter aproveitado o que o próprio tinha escrito, em nome da Bancada do Partido Socialista, no jornal “Voz de Mira” no dia 16 de abril de 2013, a respeito da Feira dos 23, em Mira. Mais disse que tinha sugerido que aquela feira fosse realizada no centro da Vila de Mira, ao que a bancada do PSD, na altura, tinha respondido que devia ir para Portomar. Mais disse que aquela mudança constava no programa eleitoral do PS.

----- Finda as intervenções, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** apelou a todos os presentes para que participassem naquele dia de voluntariado de limpeza do jacinto-de-água, no dia dezoito de janeiro, onde esperava que participassem todas as associações do Concelho, as Juntas de Freguesia e os cidadãos em geral. -----

----- Em relação à intervenção do Dr. João Luís Pinho aceitou o desafio e assumiu que iria ser criada a Comissão proposta, para que o assunto fosse apresentado na seguinte sessão daquele órgão, para que fossem nomeados os elementos da Assembleia Municipal a integrar aquela Comissão. -----

----- Quanto à questão levantado pelo Prof. Artur Fresco, disse que não iria definir um prazo para terminar as ligações, dado que estava dependente do ritmo a que os trabalhos fossem executados.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ao Sr. Carlos Nora agradeceu a referência feita e disse que ia tentar cumprir o programa eleitoral do PSD e, se possível também, algumas coisas do programa eleitoral do PS.-----

----- Interveio o Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que solicitou um ponto de situação quanto ao programa Polis cujas obras estariam para começar, bem como em relação às restantes obras previstas na fase inicial daquele programa.-----

----- Solicitou ainda informações relativamente à GNR da Praia de Mira, dado que tinha tido conhecimento que aquele posto iria passar a funcionar com apenas um efetivo para trabalho administrativo, sendo que os restantes elementos passariam para o Posto de Mira. Mais perguntou se o número de efetivos do Posto de Mira se iria manter. -----

----- Quanto à ERSUC, perguntou se estava prevista, por parte do Executivo, alguma alteração ao contrato existente. -----

----- Terminou a sua intervenção com um apelo à adesão na ação de voluntariado do dia dezoito de janeiro, próximo, à qual a Junta de Freguesia da Praia de Mira se iria associar, mobilizando todos os meios disponíveis. -----

----- Interveio a **Dr.ª Joana Teixeira (PSD)** que perguntou sobre o ponto de situação relativamente às obras de saneamento na Praia de Mira, bem como no resto do Concelho.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que, não havendo mais nenhum elemento de outro partido ou força política inscrito para intervir, as



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção continuariam no PSD, tal como se encontrava previsto no Regimento daquele órgão. -----

----- Assim, interveio o Dr. **Tiago Cruz**, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, que felicitou o Executivo e os funcionários do Gabinete de Apoio ao Presidente, pela atitude e ação dinâmicas nos cerca de dois meses de exercício. Mais referiu a eficaz utilização da internet, nomeadamente do *Facebook*, para agilizar a comunicação entre o Executivo e os Municípios.-----

----- Salientou ainda as intervenções feitas na Freguesia do Seixo, designadamente a nível de podas, passeios, água pluviais, entre outras, realçando a atuação e a disponibilidade do Sr. Vereador Nelson Maltez, na ligação com aquela autarquia. -----

----- Mais referiu que os Presidentes das Juntas de Freguesia tinham já sido recebidos duas vezes pelo Executivo, a respeito da preparação do Orçamento e das atividades para o ano seguinte.-----

----- Interveio o Sr. **Pedro Jorge Laranjeiro (PSD)** que esclareceu que quando se tinha referido à Feira dos 23, em Mira, não tinha sido no sentido de passar a feira para Portomar, mas sim que não estava bem no local onde era feita e que, se não houvesse alternativa, existia um largo em Portomar com todas as condições.-----

----- Findas as intervenções, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu ao Dr. Francisco Reigota que as obras iriam começar em janeiro e já estava a ser montado um estaleiro para as intervenções



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nas margens do Lago do Mar, da Barrinha e da Lagoa. Em relação à limpeza da Barrinha, disse que a intervenção seria equacionada após o Estudo de Impacte Ambiental que estava a ser feito para a totalidade da Ria, desde Esmoriz até à Praia de Mira e seria concluído em 2015.-----

----- Quanto à questão da ERSUC disse que não estava prevista nenhuma alteração, apesar de concordar que pudesse haver algumas questões para acertar, mas não seria por alteração do contrato em vigor. Nesse sentido solicitou que fizessem chegar ao Executivo eventuais sugestões para melhoria da recolha de lixo. -----

----- Em relação à presença da GNR no Posto da Praia de Mira, disse que tinha reunido com o Comandante do Posto da GNR e que a previsão era, manter o atual *modus operandi*, com reforço de meios durante a época balnear e, fora da época balnear, com um efetivo, para atendimento, entre as 09h00 e as 17h00.-----

----- Mais disse que lhe tinham garantido que, durante a época balnear, o policiamento seria igual ou superior ao feito anteriormente. Em termos oficiais, não tinha ainda conhecimento de quando é que entrariam em vigor aquelas medidas. -----

----- Mostrou-se ainda disponível para discutir o assunto e agir no sentido do melhor policiamento para a Praia de Mira. -----

----- Respondeu ainda ao Dr. Tiago Cruz e disse que recebia, através do *Facebook*, várias sugestões e reclamações, às quais tentava responder, em tempo útil. -----

----- Em relação à questão do saneamento passou a palavra ao Sr. Vereador Nelson Maltez.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Sr. **Vereador Nelson Maltez** e no que respeitava ao saneamento na Praia de Mira, disse que a primeira empresa que tinha iniciado as obras tinha falido e que tinham ficado com alguns problemas para resolver, nomeadamente, o escorrimento de saneamento para uma das principais artérias da Praia de Mira, em pleno no verão, que era uma situação que gostariam que não se repetisse.-----

----- Acrescentou que uma nova empresa tinha assumido todos os compromissos da anterior e, naquele momento, tinha até trinta de abril para executar as obras. Prevvia-se que, após a nova rede de saneamento entrar em funcionamento, a anterior fosse convertida em rede de águas pluviais. -----

----- Quanto ao saneamento no Casal de S. Tomé, disse que as obras estavam paradas e que havia um troço de cerca de quatrocentos metros que estava dependente de uma negociação que ainda não tinha sido concluída. Naquele momento o assunto estava bem encaminhado e era fundamental que as obras fossem finalizadas, dado que estavam vinte quilómetros de saneamento dependentes daquele troço, para além de uma unidade industrial com a qual a Câmara tinha negociado um protocolo de construção de uma Central elevatória, referindo-se à “*Miroliva*”. Acrescentou que era fundamental que aquela empresa passasse a utilizar o sistema de saneamento e que pudesse aumentar a sua capacidade, o que lhe permitiria aumentar o número de postos de trabalho. -----

----- Interveio o Eng.º **Rui Terrível (MAR)** que, em relação às ligações da água no Cabeço, Portomar e no Casal Sobreiro, perguntou que tipo de contrato tinha sido feito e qual o prazo de execução das obras. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Manifestou ainda preocupação quanto à questão da qualidade da água, a qual não via plasmada no Orçamento. -----

----- Em relação às obras de saneamento na Praia de Mira, perguntou qual era a empresa que lhes iria dar continuidade. -----

----- Chamou ainda a atenção para uma edificação em perigo de ruir, na Praia de Mira, junto ao Texas. -----

----- Terminadas as intervenções, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que, em relação às ligações de água no Cabeço, tinha sido feito um contrato de prestação de serviços, em que a Câmara fornecia o material. -----

----- Em relação à qualidade da água disse que eram feitos testes mensais, quer nas condutas, quer no fornecimento de água. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu, de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal ainda em vigor, que os Presidentes de Junta poderiam pertencer a um grupo municipal, se assim o entendessem, ou ficar como elementos independentes, como era o caso do Sr. Gabriel Pinho. As intervenções deveriam começar pelo grupo com menos elementos, seguindo-se, ao fim de três intervenções, a resposta do Sr. Presidente da Câmara. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Referiu ainda que a intervenção do público poderia realizar-se no Período Antes da Ordem do Dia, dependendo da interpretação que era feita do próprio Regimento, apesar de, até à data, não ter sido esse o entendimento.-----

----- Relativamente à aprovação das atas das reuniões anteriores, também não havia referência ao momento em que deveria ocorrer. No entanto, tinha sido prática aprová-las no início de cada sessão, sendo o próprio de opinião que a mesma ocorresse antes de começar a ordem do dia.-----

----- Relativamente ao Relatório dos Serviços, disse que, tendo o documento sido enviado juntamente com toda a documentação daquela sessão, apesar de não constar na Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Câmara estava disponível para prestar os esclarecimentos que lhe fossem solicitados.-----

----- Acrescentou ainda que, devido a uma alteração legislativa, a introdução do Relatório na Ordem do Dia tinha deixado de ser obrigatória. No entanto o documento continuaria a ser elaborado e entregue juntamente com toda a documentação de cada sessão, sendo que poderiam solicitar esclarecimentos, se disso sentissem necessidade.---

----- Mais disse que a referida alteração legislativa motivava também o necessário ajuste do Regimento da Assembleia Municipal, pelo que solicitou aos presentes a apresentação de contributos. -----

----- Continuou a sua intervenção e solicitou que fosse alterada a sequência dos pontos incluídos na Ordem do Dia, pelo facto de alguns elementos fazerem parte do grupo de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

teatro que nessa noite teriam um espetáculo marcado, pelo que teriam que se ausentar mais cedo. -----

----- Auscultados os Membros da Assembleia e atendendo a que os pontos seis, sete e oito tratavam de assuntos relacionados entre si, propôs que fossem discutidos primeiro, respeitando aquela ordem.-----

----- A proposta foi **aprovada por unanimidade**, tendo a ordem do dia passado a ser a seguinte: -----

----- **PONTO UM: Aprovação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do orçamento e opções do plano para 2014.**-----

----- **PONTO DOIS: Aprovação, nos termos do disposto nos artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de janeiro, na atual redação do Mapa de Pessoal para o ano de 2014.**-----

----- **PONTO TRÊS: Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugada com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.**-----

----- **PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento da listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica da assunção de compromissos plurianuais – nova lei dos compromissos, aprovada por deliberação**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Câmara de 11 de dezembro de 2012 e da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012. -----

----- PONTO CINCO: Declaração de interesse público municipal do Pólo Educativo da Zona Sul – Lentisqueira, nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 41.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal, conjugado com o previsto no n.º 1, da alínea r) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- PONTO SEIS: Tomada de conhecimento da redistribuição das competências da Divisão de Obras Municipais, por motivos de racionalização e de eficácia operacional, ao abrigo de competência prevista no artigo 8.º e n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 32.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Mira. -----

----- PONTO SETE: Autorização, ao abrigo das disposições conjugadas previstas nas alíneas j) do n.º 1 do artigo 25.º e ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Mira. -----

----- PONTO OITO: Autorização, ao abrigo das disposições conjugadas previstas nas alíneas j) do n.º 1 do artigo 25.º e ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de subsídio à Junta de Freguesia do Seixo. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto (MAR)** que disse que já tinha sido discutido naquela Assembleia a utilização de títulos nobiliárquicos, tendo sido proposta a sua omissão na redação das atas, pelo que não compreendia o facto de ter sido retomada a sua utilização. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que era seu entendimento que os títulos académicos fossem utilizados, por uma questão de princípio e de cortesia.

----- APROVAÇÃO DAS ATAS-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou, de seguida, à apreciação da ata da reunião ordinária, de 13 de setembro de 2013, com o esclarecimento de que só votaria quem tivesse estado presente, como seria prática comum. -----

----- Uma vez que não foi manifestada necessidade de qualquer correção, por nenhum dos presentes, a ata foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com votos a favor dos membros: Prof. Doutor Fernando Regateiro (PS), Sr. Carlos Nora (PS), Enf.^a Leonor Borralho (PS), Sr. Pedro Nunes (PSD), Prof. Paulo Grego (PS), Prof.^a Vera Manco (PS), Eng.º Calisto Coquim (PS), Sr. João Nogueira (PS) e Sr. Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos; e abstenção dos restantes elementos. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou, de seguida, à apreciação da ata da reunião ordinária, de 22 de outubro 2013. -----

----- Uma vez que não foi manifestada necessidade de qualquer correção, por nenhum dos presentes, a ata foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do Prof. Carlos Veríssimo (PSD), por não ter estado presente. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou, de seguida, à apreciação da ata da reunião extraordinária, de 05 de dezembro de 2013.-----

----- Uma vez que não foi manifestada necessidade de qualquer correção, por nenhum dos presentes, a ata foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do Sr. Prof. Carlos Veríssimo (PSD), por não ter estado presente. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia**, antes de passar ao Período da Ordem do Dia, perguntou ainda se havia necessidade de mais alguma intervenção.-----

----- O Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, interveio ainda antes de se passar ao Período da Ordem do Dia e alertou para a necessidade de averiguar se o número mínimo obrigatório de efetivos no Posto da GNR de Mira se iria manter, para que não se chegasse a uma situação de risco no Concelho. --

----- PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”: -----

----- **PONTO UM: Aprovação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do orçamento e opções do plano para 2014.**-----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** começou por explicar que, nos termos da lei, o Executivo tinha até noventa dias, após a tomada de posse, para elaborar e apresentar o Orçamento, dado tratar-se do primeiro ano em funções. No entanto, para bom



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

funcionamento do Município, tinha entendido aquele Executivo elaborar e apresentar o Orçamento na data prevista.-----

----- Por outro lado a conjuntura em que aquele Orçamento tinha sido elaborado era bastante difícil, de crise, em que as receitas diminuía, nomeadamente as transferências do Estado, pelo que era inevitável o recurso ao financiamento comunitário para permitir a realização de alguns projetos necessários e estruturantes para o desenvolvimento do Concelho.-----

----- A transição de Quadros Comunitários, por sua vez, tornava ainda mais difícil a definição de outros projetos. No entanto referiu que, no Programa Operacional Regional do Centro, *Mais Centro*, iria abrir brevemente um aviso em *Overbooking*, onde se enquadrariam alguns projetos, cujo prazo para apresentação de candidaturas seria até 31 de março de 2014. Dado que aquele prazo não era muito alargado, o Executivo tinha optado por aproveitar projetos já existentes nos serviços, suficientemente desenvolvidos para que pudessem ser apresentadas candidaturas, mesmo que, com pequenas alterações. -----

----- Face a todas as condicionantes anteriormente enunciadas e atendendo à necessidade de financiamento para avançar com determinados projetos, entendeu o Executivo optar por incluir nos cadernos de encargos a possibilidade de se proceder à abertura de concurso e à adjudicação mas só iniciar a obra mediante a garantia de financiamento, procedimento designado como *Project Finance* ou cláusula de reversão. Daí que existissem no Orçamento algumas receitas inscritas naquele pressuposto. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Assim, aproveitaram projetos como o “Bairro da Valeira”, em que se previa a abertura de concurso já nos primeiros dias de janeiro, desde que o Orçamento fosse aprovado.-----

----- No mesmo contexto, referiu projetos que tinham sido desenvolvidos pelos serviços técnicos e pelo anterior Executivo, nomeadamente o projeto de “Requalificação da Vala da Corga”, que estava inscrito no Orçamento iria ser executado em *Project Finance*, num total de 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros), e a “Rede de Parques Infantis”, cujo projeto previa a requalificação do Parque Infantil do Centro da Vila de Mira e a criação de outros equipamentos daquele género na Praia de Mira, nos Carapelhos e no Seixo. Mais acrescentou que se encontrava em estudo, juntamente com os respetivos Presidentes das Juntas de Freguesia, a localização daqueles equipamentos cujo projeto iria avançar, independentemente da obtenção de financiamento.-----

----- A nível do saneamento disse que estavam previstas obras no Seixo, Cabeço, Lagoa, Ermida e Mira, as quais só mesmo com recurso a financiamento é que poderiam avançar, dados os montantes envolvidos. Naquele caso a candidatura seria ao POVT, tal como a adutora, com um montante de 125.000,00€ (cento e vinte cinco mil euros). A diferença é que aquela última, independentemente do financiamento, pela necessidade e urgência, teria que avançar.-----

----- Em relação ao Turismo, disse que era necessário requalificar e fazer um estudo relativamente ao público-alvo que visitava o Concelho, em especial a Praia de Mira, o que constava do programa eleitoral do PSD.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Mais disse que tinha informação de que em setembro ou outubro já iria haver verbas do novo Quadro Comunitário de Apoio 2014 – 2020, o que ainda não era certo, para além da necessidade de elaborar um Documento Estratégico Municipal.-----

----- Em relação à CIM, disse que ainda não estavam definidas algumas situações, o que era também muito importante para poderem concorrer a fundos comunitários. -----

----- Acrescentou ainda que o Orçamento previa a requalificação do Pólo I da Zona Industrial, que seria uma primeira fase para conseguir atrair investimento, criar emprego e melhorar a vida dos munícipes.-----

----- Na área social, disse terem duplicado as verbas no Apoio à Família, para poderem apoiar famílias carenciadas.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a intervenção e passou a palavra aos Membros da Assembleia para a primeira ronda de intervenções.-----

----- O Sr. **Gabriel Pinho** perguntou para quando estava previsto o saneamento para a freguesia dos Carapelhos, que era uma situação que o preocupava há já algum tempo. ---

----- Quanto ao Parque Infantil, disse que assim que quisesse avançar com as obras, tinha terreno disponível. -----

----- O Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto (MAR)** classificou o Orçamento, como um bom exercício, que seria ajustado durante o ano, nomeadamente em abril, quando fosse feita a Prestação de Contas. Saudou o facto daquele Orçamento ser mais próximo da realidade, registando-se menos cerca de oito a dez milhões de euros, relativamente aos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Orçamentos de anos anteriores, que depois se verificava que não eram exequíveis uma vez não havia receita suficiente para a sua execução.-----

----- Relativamente ao facto de se encontrarem em fim de Quadro Comunitário, disse que as execuções não eram muito elevadas e o Governo estava a premiar quem tinha obra feita.-----

----- Quanto às Grandes Opções do Plano, disse que tinha algumas questões a colocar, nomeadamente em termos da *Administração Geral*, onde eram referidos três grandes tópicos em que se pretendia a obtenção de ganhos de eficiência e redução de custos através da reengenharia e desmaterialização de processos, onde perguntou se estava prevista redução de pessoal.-----

----- Relativamente ao terceiro propósito, que considerou importante, que era fazer a ligação entre o *SIG* e o *ERP*, perguntou se seria utilizada mão de obra interna ou se seria feita contratação de serviços, recordando a contratação de um informático, há cerca de um ano atrás, com o objetivo de fazer software para a Câmara. -----

----- Quanto ao *Ensino Não Superior*, realçou a aquisição de uma viatura para transportes escolares e deu o exemplo da Câmara Municipal de Águeda em que tinha sido aproveitado o transporte escolar transformando-o em transporte regular, o que permitia a ligação para fazer a ligação entre as várias freguesias e o centro da cidade. No caso de Mira essa possibilidade seria premente dado que não existiam transportes públicos que fizessem aquela ligação. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente à *Ação Social*, mencionou o apoio na recuperação de habitação degradada, registando-o como um dos pontos que o MAR considerava importante. Nesse sentido referiu a necessidade de haver uma contrapartida de quem recebia o apoio, no sentido de os próprios trabalharem e recuperarem as suas habitações, recebendo materiais por parte da Autarquia. -----

----- Interveio o Eng.º **Calisto Coquim (PS)** que começou por referir que na anterior legislatura tinha ouvido críticas sobre a forma de apresentação do Plano, as quais considerou justas, nomeadamente quanto à falta de orientação e estratégia e a uma visão de futuro. No entanto, o que via naquele Plano era a falta de fio condutor e de estratégia.

----- Registou também a falta de qualquer referência ao documento estratégico aprovado na Sessão Extraordinária de 26 de julho da Assembleia Municipal, que considerou importante para o futuro do Concelho. -----

----- Quanto ao Orçamento, disse que era nitidamente um Orçamento de continuidade, o que significava que o documento homólogo anterior até estaria ajustado às necessidades do Concelho. Dar-lhe continuidade seria uma prova de responsabilidade daquele Executivo. No entanto disse que existiam alguns pontos que mereciam esclarecimentos, nomeadamente que projetos é que tinham vindo do Executivo anterior e quais eram novos, o que não estava claro. -----

----- Quanto ao aumento de *Transferências de Capital* de 2.800.000,00€ (dois milhões e oitocentos mil euros) para 3.600.000,00€ (três milhões e seiscentos mil euros),



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perguntou em que é que se tinham baseado, dado que a tendência atual era de decréscimo.-----

----- No mesmo sentido perguntou como seria exequível um decréscimo de 5% na *Despesa Corrente* e em que é que se ia consistia a *Venda de Bens de Investimento* ao *Estado*, na ordem dos 200.000,00€(duzentos mil euros). -----

----- Quanto ao *Plano Plurianual de Investimentos*, mencionou o *Turismo* e questionou qual a estratégia subjacente àquele setor, dado que, no Orçamento anterior, a verba era de 232.000,00€ (duzentos e trinta e dois mil euros) e naquele documento apenas constava 98.000,00€(noventa e oito mil euros).-----

----- Em relação à *Cultura*, estavam anteriormente consignados 95.000,00€(noventa e cinco mil euros) e naquele documento apenas 6.500,00€(seis mil e quinhentos euros), o que também não compreendia.-----

----- No *Saneamento* classificou o investimento como positivo, referindo que no Orçamento anterior tinha cerca de 550.000,00€(quinhentos e cinquenta mil euros) e no presente tinha cerca de 1.200.000,00€(um milhão e duzentos mil euros). -----

----- No mesmo sentido referiu o investimento em novas tecnologias, em plataformas de informação, de modo a que os utentes pudessem resolver os seus problemas sem terem que se deslocar ao Município, como era o caso do *MyNet* e do *MyDOC*. -----

----- Na área do *Apoio Social*, classificou o Orçamento como negativo e disse que os 10.000,00€ (dez mil euros) que estavam consignados não correspondiam às necessidades reais. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Outro aspeto que considerou que deveria ser revisto era o *Apoio às Freguesias*, com apenas 45.000,00€(quarenta e cinco mil euros), a dividir por quatro freguesias, no período de um ano. -----

----- Mencionou ainda o investimento em *Material Circulante*, nomeadamente com a aquisição de transporte escolar, mas não havia qualquer menção a alfaia agrícolas, tratores, dumpers, escavadoras, ou outros. -----

----- Interveio o Sr. **Pedro Nunes (PSD)** que disse que tinha registado com agrado as palavras do Sr. Gabriel Pinho e do Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto e também, no cômputo geral, do Partido Socialista, porque talvez tivessem tido mais notas positivas que negativas. -----

----- Mais disse que tinha sido referida a falta de documentos estratégicos, mas, na sua perspetiva, os planos eram necessários, mas era preciso ação. Portanto, aquela era a opção do Executivo, com apenas dois meses para apresentar aquele documento, embora o pudesse ter feito com mais algum tempo, mas as razões para não ter optado por essa via tinham também já sido apresentadas. Mais disse que tinha aproveitado e bem, projetos já existentes. -----

----- Concluiu com um voto de parabéns pela nova forma de fazer política, e com a expectativa de, em abril, assistir a uma análise das opções que estavam naquele momento a ser discutidas. -----

----- Deixou ainda uma palavra de apreço aos Técnicos que sempre tinham mostrado um grande empenho na elaboração daqueles documentos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu ao Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto que o Orçamento era realista, dada a conjuntura em que tinha sido elaborado. Confirmou a referência ao fim de Quadro Comunitário de Apoio e ao aviso em *Overbooking*, que consistia apenas no que restava de verbas não utilizadas e a que muitos, certamente, se iriam candidatar.-----

----- Quanto à viatura de transporte escolar registou com agrado a ideia. Mais disse que a aquisição teria que ser feita em breve uma vez que a partir de dia 06 de janeiro a carrinha que habitualmente fazia os transportes escolares já não poderia circular com aquela função.-----

----- Em relação ao apoio à habitação degradada disse que tinham inscrito o dobro da verba comparativamente ao Orçamento do ano anterior. Mais disse que existia essa preocupação e que se tinham deparado com inúmeros casos de munícipes que, fruto também da crise, careciam desse apoio. -----

----- Respondeu ao Eng.º Calisto Coquim e registou com agrado as sugestões apresentadas. Assumiu que, durante muito tempo, tinha também referido a necessidade de linha condutora do Orçamento e, naquele caso, as Opções do Plano eram disso exemplo. Mas, como tinha tentado explicar, o Orçamento tinha sido preparado num contexto especial, com todas as condicionantes já referidas, com grande necessidade de financiamento comunitário para a execução de obras e, por isso, adequar as necessidades do Concelho aos eixos estratégicos de financiamento.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Orçamento tinha efetivamente uma linha condutora, mas para a implementar era necessário financiamento. Nesse sentido referiu a estratégia 2020, que seria definida a quatro anos e aí sim, teriam que ser definidas opções estratégicas. Naquele momento não o conseguiam fazer por todas as questões já referidas e, sobretudo, pela necessidade de adequar os projetos de obras e investimento aos eixos prioritários de desenvolvimento o que não podia ser feito dadas as contingências daquele momento.----

----- Quanto aos projetos do QREN e ao que estava aprovado, fez referência ao valor da *Participação Comunitária de Projetos Cofinanciados* resultantes de candidaturas aprovadas, candidatas e a candidatar. Nesse ponto constavam todos os projetos com referência a despesas elegíveis, à parte financiada e ao valor em falta. Mais disse que era a primeira vez que no Orçamento constavam valores e projetos descriminados daquela forma. -----

----- Nessa lista constavam todos os projetos já existentes, desenvolvidos durante a anterior legislatura e os novos que se previa que viessem a ser desenvolvidos e apresentadas candidaturas. -----

----- Quanto à *Venda de Bens de Investimento* referiu que o aumento substancial verificado se ficava a dever à venda da madeira, fruto do temporal de janeiro daquele ano.- -----

----- Em relação ao *Turismo* o decréscimo que se verificava devia-se ao facto do Parque de Campismo Municipal ter sido pago, logo aquele valor não poderia constar no



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Orçamento. O restante valor para investimento era igual ao que estava no anterior Orçamento, retirando aquela verba. -----

----- Quanto ao *Apoio às Associações*, disse que poderia não vir totalmente da verba de apoio social, poderia vir de outras rubricas e que, obviamente, não seriam só aqueles valores. -----

----- No *Apoio às Freguesias* disse que tinha tido oportunidade de reunir com os Presidentes das Juntas de Freguesia e que já estava praticamente concluído o documento com critérios objetivos de atribuição de apoios. Adiantou que seria considerado o número de habitantes, a rede viária urbana na qual as próprias Juntas tinham intervenção, entre outros critérios. No entanto havia uma grande discussão em torno da transferência de competências dos Municípios para as Junta de Freguesia. -----

----- Nessa matéria, estavam previstos os contratos de execução, com eventual transferência de competências para as Juntas de Freguesia em determinadas matérias. ---

----- Em relação ao *Material Circulante* referido, disse que havia um valor disponível na rubrica *Equipamento Básico para Obras*, se houvesse necessidade de adquirir material daquela natureza. -----

----- Interveio o Sr. **Vereador Nelson Maltez** que disse que no Orçamento estava previsto o financiamento de parte do saneamento da Praia de Mira. Uma vez que aquela obra tinha ficado parada muito tempo, aquele financiamento já não seria possível, pelo que teria que haver nova candidatura no Quadro Comunitário de Apoio seguinte. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Em relação à *Modernização Administrativa* disse que o equipamento informático existente era fruto do programa *Aveiro Digital*, já com dez anos, e esse período de tempo em termos informáticos era uma eternidade, pelo que o sistema estava a ficar obsoleto. Portanto tinha sido feita uma candidatura para troca dos servidores e aquisição de duas plataformas, o *MyDOC*, que tinha que ver com documentação interna, e o *My Net*, que era para facilitar a interação entre o cidadão e a Autarquia através da internet. Ambas as plataformas tinham sido desenvolvidas pela AIRC. -----

----- Referiu ainda que naquele projeto havia uma parte de Recursos Humanos da Autarquia que seria financiada e outra parte, mais especializada, que seria feita pela Universidade de Aveiro, nomeadamente a migração para os novos servidores, dado que os existentes já se encontravam em mais de 90% da sua capacidade. -----

----- Portanto, tarefas menos especializadas seriam realizadas com recursos internos, enquanto tarefas mais especializadas seriam feitas com recurso a contratação externa. ---

----- Interveio a Dr.^a **Cristina Morais**, Técnica Superior na Secção de Contabilidade, Património e Aprovisionamento do Município, que, relativamente ao valor das *Transferências de Capital*, disse que eram apontados dois valores, sendo que um tinha a ver com o *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, que era a verba que era transferida mensalmente do Orçamento de Estado (OE), e a outra tinha que ver com a participação comunitária em projetos cofinanciados. Mais disse que se tinha verificado um aumento no valor das *Transferências de Capital*, resultado da previsão de participação comunitária em projetos cofinanciados, Fundo de Coesão e Fundo FEDER. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No que dizia respeito às *Transferências Correntes*, disse que o acréscimo se ficava a dever a uma alteração na repartição das transferências mensais do OE. Inicialmente a repartição era 80% corrente, 20% capital, e tinha passado para 90% e 10%, respetivamente. -----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu ainda ao Sr. Gabriel Pinho que havia um projeto e um plano previsto para o saneamento dos Carapelhos e que era intenção executá-lo logo que possível. -----

----- Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, que, relativamente à visita que o Executivo tinha feito àquela Freguesia, perguntou se estava prevista a execução de passeios nas cinco ou seis casas que tinha indicado na altura, dado que aqueles Fregueses o tinham abordado nesse sentido. -----

----- Interveio o Eng.º **Rui Terrível (MAR)** que relativamente ao projeto da *Vala da Corga*, disse que lhe parecia questionável que fossem gastos 275.000,00€ (duzentos e setenta e cinco mil euros) na requalificação daquela vala, quando do outro lado da estrada adjacente é que existiam mais casas e nem sequer passeio tinham. Ao comparar aquele montante com a questão da Água, disse que ainda era maior do que aquilo que se ia gastar na água, incluindo as adutoras e as bombas. -----

----- Interveio o Sr. **Carlos Nora (PS)** que disse que o Executivo não tinha tido muito tempo para elaborar aquele documento, com maior eficácia, mas teria que referir alguns aspetos que lhe pareciam mais relevantes. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Um dos motes do PSD durante a campanha eleitoral tinha sido “*Turismo para todo o ano*”. No entanto, pelos números apresentados, não lhe parecia que estivessem contemplados grandes projetos de investimento para aquele setor. -----

----- Relativamente à *Cultura, Desporto e Recreio*, disse que também não lhe parecia haver investimentos significativos. -----

----- Quanto aos empréstimos, contraídos quase exclusivamente pelo PSD, os Executivos do PS tinham pago 4.850.000,00€ (quatro milhões, oitocentos e cinquenta mil euros); o montante em dívida era de 1.700.000,00€ (um milhão e setecentos mil euros) e previa-se, de acordo com a informação do Orçamento para 2014, que o atual Executivo pagasse, durante aquele ano, cerca de 500.000,00€ (quinhentos mil euros). ---

----- O Executivo previa também um aumento do IMI, o que lhe causava algumas dúvidas, uma vez que aquela taxa tinha descido de 4% para 3%. -----

----- Continuou a sua análise referindo um aumento de 29% nas *Transferências de Capital*, que se devia aos projetos aprovados e já executados pelo anterior Executivo, dos quais faltava receber 800.000,00€ (oitocentos mil euros). -----

----- Referiu um crescimento de 11% nas *Despesas de Capital*, só possível porque o Município praticamente não tinha *Dívidas Correntes*. Ou seja, constatava-se que o anterior Executivo tinha feito um bom trabalho na área financeira, que não tinha sido entendido pela maioria do eleitorado. -----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu ao Sr. Gabriel Pinho que estava prevista no Orçamento uma rubrica de asfaltamento e de reparação de vias para o ano de 2014. --



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto à questão colocada pelo Eng.º Rui Terrível, disse que a *Requalificação da Vala da Corga* contemplava a intervenção em ambas as margens.-----

----- Em relação ao *Turismo para Todo o Ano*, referida pelo Sr. Carlos Nora, disse que se mantinha aquele mote, mas era obvio que não era num Orçamento que iriam conseguir cumprir esse objetivo. Mas teriam que começar por algum lado, por isso tinham privilegiado, na Praia de Mira, a *Requalificação do Bairro da Valeira*, a *Requalificação da Frente de Mar*, a *Requalificação do Bairro Norte*. Mais disse que o Executivo tinha optado por começar por dar uma nova apresentação do espaço para depois receber as pessoas oferecendo melhores condições. -----

----- Como era obvio, nem todas as atividades se refletiam naquele documento.-----

----- Acrescentou que pretendia reunir com um grupo de surfistas para potenciar a Praia de Mira em termos daquela prática desportiva, na tentativa de conseguir que se realizassem algumas provas, o que não precisava de estar descrito no Orçamento. Quando muito seria um apoio a uma associação. -----

----- Mais disse que, em coordenação com a Sr.^a Vereadora do Pelouro da Cultura e com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, iria ser organizado um evento na Passagem de Ano, à semelhança do que era feito em inúmeras praias do país. Uma vez mais não era necessário estar descrito no Orçamento. -----

----- No mesmo sentido referiu os festejos do Carnaval com os Caretos da Lagoa, como tinha sugerido o Dr. João Luís Pinho. Potenciar aqueles eventos e atividades também era potenciar o *Turismo Todo o Ano*. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Mais disse que não era necessário que aquelas, ou outras, atividades estivessem descritas no Orçamento para que fossem realizadas. O mais importante era imprimir dinâmica aos projetos e executá-los. -----

----- Quanto à verba referida na área do *Desporto*, disse que também faltava a receita do Campo de Tiro, que tinha sido paga, portanto não constava no Orçamento, à semelhança do que tinha sucedido com a verba do Parque de Campismo Municipal. -----

----- O aumento da taxa de IMI iria refletir-se sobretudo nas novas avaliações, sendo que, em relação ao ano anterior, tinha sido considerado um aumento de 200.000,00€ (duzentos mil euros).-----

----- Deixou ainda uma palavra de agradecimento aos funcionários que tinham colaborado na elaboração daquele Orçamento, nomeadamente à Dr.^a Cristina Morais, que tinha realizado um trabalho exemplar. -----

----- O Sr. **Vereador Nelson Maltez** confirmou que o Executivo que tinha integrado com o Dr. Mário Maduro tinha contraído um empréstimo no valor de 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros), dos quais tinham sido utilizados 900.000,00€ (novecentos mil euros) para pagar expropriações da Variante, 1.^a fase, o Centro Cultural da Praia de Mira, a Casa da Música, entre outras obras feitas pelo anterior Executivo, do PS. -----

----- Interveio o Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto (MAR)** que sugeriu que, quer as atividades culturais, quer as sociais, fossem financiadas com base no mérito, ou seja, que mediante apresentação de candidaturas as quais seriam sujeitas a avaliação e premiadas apenas as melhores propostas. Nesse contexto considerou os Caretos da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lagoa como um dos potenciais elementos de mérito, mas teria que haver um projeto para suportar eventuais apoios. -----

----- Mais disse, que as associações não poderiam ser permanentemente dependentes de subsídios e que gostaria que houvesse um Orçamento participativo, para que as organizações pudessem concorrer com base no seu mérito e no valor das suas ideias. ----

----- Interveio o Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que disse ter garantia do Sr. Presidente da Câmara em como a verba inscrita no Orçamento para as Freguesias não se limitava àquele valor, dado que também existiam outras formas de atribuição de apoio. -----

----- Acrescentou ainda que gostaria que aqueles critérios fossem definidos em conjunto com as Junta de Freguesia, o que tinha também sido bem acolhido pelo Sr. Presidente da Câmara. No entanto, solicitou que fosse dado algum tempo aos Presidentes das Juntas de Freguesia para que pudessem analisar o documento, tendo em conta as peculiaridades de cada Freguesia. -----

----- Relativamente à continuidade de projetos inscritos naquele Orçamento, salientou o facto e saudou o Executivo, considerando aquela como uma boa prática, que nem sempre tinha sido seguida. -----

----- Saudou ainda o Executivo relativamente aos diferentes projetos previstos para a Freguesia da Praia de Mira, nomeadamente o *Saneamento da Videira Sul*, a *Requalificação do Bairro da Valeira*, a *Rede de Parques Infantis*, a *Frente Marítima*, a *Continuação da Avenida*, a *Requalificação dos Centros das Aldeias*, o *Bairro Norte*,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ampliação do Cemitério, que apesar de não constar em nenhuma rubrica, o Sr. Presidente da Câmara tinha também garantido a sua execução. Referiu ainda outros apoios e Acordos de Execução, entre a Câmara e as várias Juntas de Freguesia. -----

----- No entanto, manifestou algumas dúvidas em relação à capacidade de execução de todas as obras, mas deveria ser dado o benefício da dúvida. -----

----- Mais disse que gostaria de ver elevação nas intervenções de todos os elementos daquela Assembleia Municipal, acrescentando que o contrário em nada abonava para o exercício de funções naquele órgão autárquico. -----

----- Quanto ao valor inscrito no Orçamento para o *Turismo*, disse que apesar de se verificar um decréscimo, a resposta do Sr. Presidente da Câmara também poderia estar correta. A verba poderia ter baixado e poder-se-ia continuar a apoiar o Turismo. O certo é que o investimento teria que existir e era necessário ter cuidado em fomentar uma imagem de marca, que já era conhecida e estava criada, que era a Bandeira Azul, a qual requeria capacidade para a projetar. -----

----- Interveio Sr. **Pedro Nunes (PSD)** que lembrou a resposta dada pelo Sr. Vereador Nelson Maltez ao Sr. Carlos Nora, a respeito da dívida, e acrescentou que os compromissos assumidos por um Executivo teriam que ser pagos pelo seguinte, mesmo que houvesse alteração de Executivo, que era o que tinha acontecido. -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que assumiu o compromisso de inscrever no Orçamento de 2015 uma verba para Orçamento Participativo. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Mais disse que o cronograma que tinham preparado era, até março, elaborar o Regulamento, com os critérios de candidatura para o Orçamento Participativo, depois, até setembro, abrir o período de candidaturas e, até outubro, um Júri, composto por membros da Assembleia Municipal e pelo Executivo, pronunciar-se-ia sobre a obra ou ação vencedora. Posteriormente, o projeto vencedor seria inscrito no Orçamento de 2015. -----

----- Quanto às sugestões e alertas deixados pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, disse que também tinha tomado nota. -----

----- O Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, disse que, se fosse outro, teria ficado triste ao ouvir as obras enunciadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, mas esperava que o Sr. Presidente da Câmara não fosse discriminador e não o tinha nessa conta. Por isso, disse que estava contente com as referidas obras, ao contrário dos seus colegas que, na anterior sessão da Assembleia Municipal, tinham ficado com “*ciúme*” do subsídio de 2.000,00€ (dois mil euros) atribuído à Junta de Freguesia a que presidia. Mas não seria apenas aquele valor, antes 7.000,00€ (sete mil euros), pelos quais tinha três fornecedores à espera. -----

----- O Eng.º **Rui Terrível (MAR)** relativamente à Proteção Civil, disse que gostaria de ver mais equipamento para ajudar nas manobras de defesa da floresta, em situações de cheias ou outras eventualidades, e não via essa preocupação no Orçamento. -----

----- Interveio o Prof. Doutor **Fernando Regateiro (PS)** que considerou exagerados os elogios que tinham feito ao Sr. Presidente da Câmara e que gostava de ter visto naquele



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Orçamento uma *Visão* nova, alguma rutura, e que, sendo necessária e essencial na política, estava ausente naquele documento. -----

----- A *Missão* da Assembleia Municipal e do Município estava consagrada na Lei e isso não questionava. A diferença era feita com a *Visão* de cada força política e a maneira como a introduzia na forma de servir aquela *Missão*. E era isso que considerava ser necessário.-----

----- Mais disse que o próprio Presidente da Câmara tinha dito que não estava contemplado, mas devia estar. Como é que ia fazer a atração do surf, do Turismo no Natal, como é que ia valorizar aquilo que o Concelho tinha para oferecer. Isso fazia parte da *Visão*. -----

----- Louvou a intenção de fazer uma auscultação do que esperavam os visitantes do Concelho, mas também deveriam fazer uma auscultação e um inventário daquilo que devia ser feito para atrair os visitantes. Para enunciar os predicados com os quais se esperava atingir o objetivo e, de alguma forma, “*bater a concorrência*”. -----

----- No entanto, reconheceu também o pouco tempo que o Executivo tinha em exercício de funções, mas para isso tinha o programa eleitoral do partido e da sua candidatura. Não era preciso inventar nada.-----

----- Acrescentou ainda outro aspeto no Planeamento e no Orçamento respetivo que, apesar de tudo, não considerou ser tão bom assim, ao contrário do que se estava a fazer crer. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Nesse sentido disse que o montante consignado à *Educação* baixava, assim como na *Cultura*, na *Ação Social* e no *Meio Ambiente*. No *Turismo* e *Desporto* repetia-se o cenário, apesar de já terem sido apresentados os motivos. -----

----- No entanto, disse, era uma boa altura para não baixar aqueles valores. Se o anterior Executivo tinha feito obra e a tinha pago, então deviam ter aproveitado o *superávit* para introduzir e fazer algo de novo e diferente. Porque a sustentabilidade dos projetos não se esgotava com um investimento de capital, num determinado momento, mas sim com investimento continuado e aumentado. -----

----- Era evidente que sem saneamento, sem higiene, sem espaços ajardinados não se conseguiria atingir o objetivo, mas não via a mesma preocupação com os *Órgãos da Autarquia*, cujo custo aumentava de 1.877.000,00€ (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil euros) para 2.084.000,00€ (dois milhões e oitenta e quatro mil euros). -----

----- O custo do *Gabinete de Apoio ao Presidente* também aumentava, o que, acrescentou, era inédito, mas teria as suas razões. Talvez por não ter Vereadores suficientes e, por isso, teria necessidade de outras formas de apoio, o que era uma opção do Sr. Presidente da Câmara e era respeitável. De qualquer forma teria que a contrapor à baixa na *Educação*, na *Cultura*, na *Ação Social* e no *Meio Ambiente*. -----

----- Relembrou o aumento nas *Transferências de Capital*, de cerca de 800.000,00€ (oitocentos mil euros), que já tinha sido explicado que dizia respeito a projetos feitos pelo Executivo anterior. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acrescentou que o próprio Orçamento, de forma geral, subia. No entanto, em 2012, o Executivo PS tinha apresentado um Orçamento global de 19.500.000,00€ (dezanove milhões e quinhentos mil euros), no ano seguinte tinha apresentado um Orçamento de 14.290.000,00€ (catorze milhões, duzentos e noventa mil euros) e o documento atual cifrava-se na ordem dos 14.400.000,00€ (catorze milhões e quatrocentos mil euros). -----

----- Salientou ainda o que tinha já sido referido e bem, como a continuidade, e o “*bota abaixo*” não deveria ser uma prática e não estava a ser, mas a continuidade não era um valor, por si só. Teria que ser mitigado e mexido com visões diferentes. -----

----- A continuidade poderia não ser tão boa como parecia. -----

----- O Executivo anterior tinha sido acusado de ser irrealista quando fazia os seus Orçamentos. No entanto, o documento atual retomava números que tinham tido uma taxa de execução de 75% para a *Receita Corrente* e uma taxa inferior a 50% para a *Receita de Capital*. -----

----- Frisou a necessidade de ruturas e diferenciação e deu o exemplo dos impostos indiretos, que era *ipsis verbis* a tabela homóloga de 2013. Com a crise económico-financeira que estava instalada, com a baixa do poder de compra, com a função pública a perder um terço do seu poder de compra, perguntou se seria possível que a receita se mantivesse. -----

----- Disse que seria mesmo “*excessiva continuidade*” nos impostos indiretos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Continuou a sua análise e disse que a *Despesa Corrente* descia 4,83%, o que salientou e disse ser um reflexo do trabalho do anterior Executivo.-----

----- Quanto à parte social do Orçamento, disse que o presente exigia um investimento na coesão social, apesar do Concelho não ser dos mais atingidos pelo desemprego, pese embora o fosse em relação à emigração. Nesse sentido salientou também a necessidade de continuar a atrair investimento e a investir na dimensão social da *Educação*, que anteriormente tinha sido privilegiado no Concelho.-----

----- Mais disse que esperava que aquele Executivo cumprisse o que tinha prometido aos eleitores, mais dinamização económica, mais valorização, mais valor para o investimento.-----

----- Também registou a contenção Orçamental, apesar de tudo, porque 0,77% a mais não era tanto assim, mas chocava com os 2% que era suposto e obrigatório descer. Mas isso não se via nos custos de pessoal. -----

----- Mas, em todo o caso, era um Orçamento feito ao fim de dois meses de trabalho, que respeitava múltiplos aspetos do que era a intervenção e a ação do Município de Mira, independentemente dos interpretes e das visões que se iam construindo com a alternância de poder. -----

----- Apesar de tudo, havia aspetos que deixavam alguns sinais de que poderiam esperar resultados razoáveis, e mesmo favoráveis, no cumprimento daquele Orçamento com as correções, que obviamente, em abril viessem a ser feitas.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Dr. **Tiago Cruz**, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, que se dirigiu ao seu homólogo, Sr. Gabriel Pinho, que o tinha acusado de “*ciúmes*”. Assim, disse que sempre tinha defendido um tratamento igual para todas as Juntas de Freguesia, que era aquilo que o seu colega sabia que não tinha acontecido nos últimos anos.-----

----- Mais disse que não tinha levado a mal a intervenção do Sr. Gabriel Pinho. No entanto, esperava que a Junta de Freguesia dos Carapelhos e da Praia de Mira tivessem tanto ou mais apoio do que a Junta de Freguesia do Seixo. -----

----- O Sr. **Presidente da Câmara**, em relação à intervenção do Prof. Doutor Fernando Regateiro, disse que “*era preciso ter calma*” e que não era ao fim de dois meses que conseguiam introduzir num documento todas as perspetivas, toda a visão e toda a rutura que entendiam que devia haver, sendo que em muitas coisas não devia haver rutura. -----

----- Mais disse que não tinha percebido a crítica feita à continuidade, porque em muitas coisas seria boa, apesar de noutras não o ser. Mas em coisas que consideravam que devia haver continuidade, tinham-na feito, nomeadamente em relação às receitas. Esclareceu que, cumprindo as regras previsionais, tecnicamente, eram aqueles os valores. Não poderiam mudar os valores só por mudar. -----

----- Mais disse que, na *Nota Introdutória* tinham admitido que, no fundo, não era aquele o Orçamento que pretendiam, mas era o que tinham conseguido apresentar, dadas as limitações já referidas. -----

----- Acrescentou, que ele próprio e o Executivo sentiam obrigação de melhorar aquele documento e que no ano seguinte seria muito melhor e muito mais à sua imagem. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Em relação à *Ação Social*, tinham considerado como prioritária a recuperação de habitações degradadas, até porque tinham pedidos de 2006 que ainda não tinham sido respondidos.-----

----- Quanto ao *Gabinete de Apoio e à Vereação*, disse que gostava que o Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro olhasse para os números de 2012, somasse as verbas pagas à Vereação e ao Gabinete, e repetisse o procedimento para os anos 2013 e 2014. Depois de fazer as contas, era fácil concluir quem é que gastava mais.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** interveio e lembrou que se estava ainda a discutir o primeiro ponto da Ordem do Dia. Mais disse que se estavam a alongar demasiado e havia já repetição de ideias, o que não era profícuo.-----

----- Interveio o Sr. **Vereador Nelson Maltez** que disse que, na área da Educação, o Orçamento não tinha baixado. A diferença que se registava correspondia à verba transferida pelo Ministério da Educação para as Atividades de Enriquecimento Curricular, que tinha sofrido alteração. -----

----- Interveio o Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto (MAR)** que disse que, claramente, aquele não era o Orçamento do MAR, mas do PSD e do Executivo. -----

----- Aquele não era o Orçamento do MAR para a *Coesão Social*, anuindo com o Prof. Doutor Fernando Regateiro, nem com os *Custos de Pessoal* e nesse sentido tinha questionado o Sr. Presidente da Câmara em relação aos ganhos de produtividade. -----

----- Mais disse que o MAR se tinha absterido no primeiro Orçamento do Executivo PS por não ter tido acesso à informação, caso contrário também teria votado



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

favoravelmente, porque com dois meses em exercício de funções não havia “*milagres*” nem quem pudesse fazer muito mais. -----

----- Interveio o Prof. Doutor **Fernando Regateiro (PS)** que disse que, atendendo ao contexto em que aquele Orçamento era votado, a Bancada do PS iria ter liberdade de voto. -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que, em relação aos meios da Proteção Civil, disse que iriam passar a ser intermunicipais e que haveria investimento, nomeadamente em máquinas de rasto e retroescavadoras. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu as intervenções, passando à votação do ponto em apreciação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com dezassete votos a favor, doze do PSD, dois do MAR, do Sr. Gabriel Pinho, do Dr. Francisco Reigota e do Eng.º Calisto Coquim e oito abstenções do PS. -----

----- **Declaração de voto:** -----

----- O Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, disse que tinha votado favoravelmente depois de ter tido algumas reuniões com o Sr. Presidente da Câmara e, por ser o primeiro Orçamento que estava a ser apresentado, dava o benefício da dúvida. -----

----- Relembrou a questão da Ampliação do Cemitério da Praia de Mira, que era algo que muito o preocupava, dado que, dentro de muito pouco tempo, se corria o risco de não ter capacidade de resposta. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Frisou ainda que, caso o Executivo tivesse a capacidade de executar, em parte, aquele Orçamento, teria a sua total lealdade e apoio nos seguintes.-----

----- O Eng.º **Calisto Coquim (PS)** disse que tinha votado favoravelmente aquele Orçamento, apesar das críticas que tinha feito, primeiro como voto de confiança ao compromisso do Executivo em rever algumas questões apresentadas; segundo, porque os Mirenses tinham dado àquele Executivo a capacidade de gerir e um Executivo não geria sem Orçamento. Mais disse que não havia nenhuma rubrica que não apoiasse, salientando mesmo a importância de algumas para a Freguesia do Seixo, nomeadamente o saneamento.-----

----- O Prof. Doutor **Fernando Regateiro (PS)** disse que, tendo em consideração que aquele era o primeiro Orçamento do Executivo, a bancada do Partido Socialista tinha exercido a liberdade de voto, atendendo ao resultado das eleições recentes, pelo que, não seria o PS quem iria, naquele momento, cercear a maioria dos seus contrerrâneos.----

----- Disse ainda que a qualidade razoável do próprio Orçamento e o respeito que ele expressava em relação à continuidade, em termos abstratos, pelo trabalho de Executivos anteriores, devia também ser valorizado. -----

----- Pelos motivos enunciados tinham-se absterido, sabendo que dois dos membros daquela Bancada tinham ido mais além e tinham votado favoravelmente. -----

----- Mais disse que, por pouco, também poderiam ter votado a favor, se as rubricas sociais fossem mais explícitas ou se, ainda durante a discussão, o próprio Executivo se



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tivesse comprometido a fazer alguma correção naquele sentido, o que não tinha acontecido. -----

----- Finda a discussão e aprovado o Orçamento e as Opções do Plano para 2014, ausentaram-se o Sr. Gabriel Pinho, o Eng.º Calisto Coquim e o Prof. Nelson Cadete, eram cerca de vinte horas e vinte minutos. -----

----- Procedeu-se à recomposição da Mesa, tendo a Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, assumido as funções de 1.ª Secretária, com a integração da Dr.ª Telma Salvador que assumiu as funções de 2.ª Secretária, atendendo ao disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mira. -----

----- **PONTO DOIS: Aprovação, nos termos do disposto nos artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de janeiro, na atual redação, do Mapa de Pessoal para o ano de 2014.** -----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** disse que o Mapa de Pessoal tinha sido elaborado de acordo com as regras previstas na lei, designadamente no OE para 2014. Mais disse que se registava uma variação de menos três postos de trabalho, apesar de também terem sido criados outros três, nomeadamente de Assistentes Operacionais, o que não implicava que fossem providos, mantendo-se, relativamente ao ano anterior, a Despesa para 2014. -----

----- Interveio o Sr. **Carlos Nora (PS)** que perguntou porque é que tinham baixado as *Despesas com Saúde*, de 201.000,00€ (duzentos e um mil euros) para 141.000,00€ (cento e quarenta e um mil euros). -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que se tratava de ajustar o Mapa de Pessoal e o Orçamento à realidade, dado que se tinha verificado uma redução naquela despesa. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia**, dado não haver necessidade de mais esclarecimentos, determinou que se passasse à votação do ponto em apreciação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com treze votos a favor, do PSD e do MAR, e nove abstenções do PS. -----

----- **PONTO TRÊS: Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugada com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.** -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que, como era hábito e de acordo com a recomendação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a assunção de compromissos plurianuais estava dependente da autorização prévia da Assembleia Municipal. Assim, pedia-se aquela autorização prévia genérica para que o Executivo pudesse assumir despesa e compromissos plurianuais e de modo a assegurar a eficiência e a eficácia na gestão, em matéria de contratação pública. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia**, dado não haver necessidade de mais esclarecimentos, determinou que se passasse à votação do ponto em apreciação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com catorze votos a favor, do PSD, do MAR, e do Dr. Francisco Reigota, e oito abstenções do PS. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento da listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica da assunção de compromissos plurianuais – nova lei dos compromissos, aprovada por deliberação de Câmara de 11 de dezembro de 2012 e da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012.** -----

----- Esclareceu o Sr. **Presidente da Câmara** que, no seguimento do ponto aprovado anteriormente, o ponto em discussão se tratava da tomada de conhecimento dos atos praticados ao abrigo da autorização prévia genérica da assunção de compromissos plurianuais. -----

----- **PONTO CINCO: Declaração de interesse público municipal do Pólo Educativo da Zona Sul – Lentisqueira, nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 41.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal, conjugado com o previsto no n.º 1, da alínea r) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- Interveio o Sr. **Vereador Nelson Maltez** que disse que o ponto em discussão tinha sido levado a reunião de Câmara, e posteriormente àquela reunião da Assembleia Municipal, para sanar uma incorreção que tinha havido aquando da execução do Pólo Educativo da Zona Sul – Lentisqueira. -----

----- Mais disse que, em termos de PDM, aquele equipamento se encontrava em espaço de ocupação condicionada, onde não era permitida construção, salvo em situações de interesse público, como era o caso. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Na altura não tinha sido declarado o interesse público municipal, o que era pedido naquele momento pela entidade gestora do programa que tinha financiado a construção daquela obra. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia**, dado não nenhum dos presentes ter manifestado necessidade de mais esclarecimentos, determinou que se passasse à votação do ponto em apreciação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

----- **PONTO SEIS: Tomada de conhecimento da redistribuição das competências da Divisão de Obras Municipais, por motivos de racionalização e de eficácia operacional, ao abrigo de competência prevista no artigo 8.º e n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 32.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Mira.**-----

----- Interveio o Sr. **Vereador Nelson Maltez**, por se encontrar temporariamente ausente o Sr. Presidente da Câmara, que disse que aquele assunto tinha que ver com uma questão de racionalização e eficácia da Divisão de Obras Municipais (DOM).-----

----- Mais disse que aquela divisão tinha competências muito vastas, as quais estavam concentradas numa pessoa só, o que não permitia, em todos os setores das obras municipais, dar resposta atempadamente. -----

----- Aquela redistribuição de competências tinha sido feita internamente, com a própria DOM e tinha-se procurado criar uma estrutura intermédia que, de alguma forma, fizesse a gestão dos armazéns, do pessoal e dos stocks, de forma a agilizar intervenção



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos Serviços Municipais nas exigências que lhes iam sendo feitas, nomeadamente a nível de saneamento, de águas e de outras pequenas obras. -----

----- **PONTO SETE: Autorização, ao abrigo das disposições conjugadas previstas nas alíneas j) do n.º 1 do artigo 25.º e ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Mira.** -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que, de acordo com o compromisso assumido na anterior reunião daquele órgão autárquico, entendia o Executivo, por uma questão de justiça e de equidade, atribuir um subsídio, à semelhança do que tinha sucedido com a Junta de Freguesia dos Carapelhos. -----

----- Mais disse, que se verificassem os números, poderiam constatar que a Junta de Freguesia do Seixo, durante o ano de 2013, nada tinha recebido e a Junta de Freguesia de Mira tinha recebido 2.500,00€(dois mil e quinhentos euros).-----

----- Acrescentou que estavam ser definidos critérios objetivos para atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia, com aplicabilidade até março ou abril, altura em que passariam aos Contratos de Execução.-----

----- Interveio o Prof. **Paulo Grego (PS)** que disse que não estava contra a atribuição daquele subsídio, mas considerava que aquele não era o *modus operandi* adequado. No entanto, disse que compreendia o contexto em que tinha surgido a atribuição daquele subsídio. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acrescentou que discordava do argumento evocado, de igualdade entre as diferentes Juntas de Freguesia, e que existiam grandes diferenças entre elas.-----

----- Mais disse, que considerava que, ano após ano, a Junta de Freguesia de Mira era prejudicada, porque na realidade era muito maior que as restantes.-----

----- Manifestou ainda a sua opinião quanto ao direito do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira em votar aquele ponto, referindo que não via diferença entre votar aquele ponto e o Orçamento, que tinha obras específicas para Mira, sugerindo que, se não pudesse votar, saísse da sala ou passasse para o público, frisando que não tinha o direito de não votar. -----

----- Interveio o Sr. **Pedro Nunes (PSD)** que anuiu com a intervenção anterior e disse que, de facto, as Freguesias não eram todas iguais e teriam que ser ponderados alguns critérios, como a dimensão, o número de fregueses, entre outros.-----

----- Interveio Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que disse que ia votar favoravelmente aquele ponto por solidariedade ao seu homólogo de Mira. Contudo, sublinhou, que aquela não seria a forma mais adequada para atribuição de subsídios. -----

----- Interveio o Prof. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, que agradeceu a solidariedade e anuiu com a intervenção do Prof. Paulo Grego. As freguesias, na realidade, não eram todas iguais, mas deviam era ser tratadas igualitariamente, ou seja, não era por dar um valor a uma que teria que ser dado o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesmo valor a outra. Mas, se o trato fosse equivalente, era uma questão de dimensões ou outros critérios que viessem a ser definidos. -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que no início do ano os critérios estariam já delineados para que, no ano seguinte, não se voltasse a repetir aquela situação. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que, segundo interpretação jurídica, continuava a haver interesse pessoal na votação daquele ponto, enquanto que o Orçamento era um documento geral. -----

----- Face ao exposto e de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentou-se, temporariamente, o Prof. Artur Fresco, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, não tendo participado na votação, em cumprimento das disposições legais vigentes. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** determinou que se procedesse à votação, tendo sido aquele ponto aprovado por maioria, com dezanove votos a favor, do PSD e do PS e duas abstenções do MAR -----

----- **PONTO OITO: Autorização, ao abrigo das disposições conjugadas previstas nas alíneas j) do n.º 1 do artigo 25.º e ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de subsídio à Junta de Freguesia do Seixo.** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que disse que, à semelhança do ponto anterior, de forma solidária iria votar favoravelmente a atribuição daquele subsídio.-----

----- No entanto, referiu que a Junta de Freguesia do Seixo poderia não ter recebido nenhum subsídio durante aquele ano, mas o certo é que teria sido apoiado noutras situações, ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, recordou os diversos equipamentos sociais existentes, quer naquela freguesia, quer na dos Carapelhos, e a falta deles na freguesia da Praia de Mira. -----

----- Interveio Dr. **Tiago Cruz**, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, que agradeceu o apoio àquela autarquia. No entanto não podia deixar de dizer que, ao longo daquele ano, aquela Junta de Freguesia tinha feito diversas obras que não eram da sua competência e que, naquele mesmo ano, tinha já sido pedido, por duas vezes, um apoio financeiro ao anterior Executivo e que nunca tinha havido resposta. -----

----- Anuiu ainda com o Prof. Paulo Grego na questão do *modus operandi*, esclarecendo que, quando tinha referido a igualdade de tratamento, queria dizer tratamento equitativo.-----

----- Ausentou-se, temporariamente, o Dr. Tiago Cruz, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, para que, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, se procedesse à votação, não tendo o mesmo participado, em cumprimento das disposições legais vigentes.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia**, dado não ter sido manifestada necessidade de esclarecimentos adicionais, determinou que se procedesse à votação, tendo sido aquele ponto aprovado por maioria, com dezanove votos a favor, do PSD e do PS e duas abstenções do MAR -----

----- **Intervenção do Público**-----

----- Interveio o Sr. **João Elídio Costa Távora**, de Mira, empresário da Construção Civil, que referiu a questão do saneamento e apontou para a existência de ligações ilegais de esgotos à rede de águas pluviais, nomeadamente na EN 109. Mencionou ainda a necessidade de fiscalização e acompanhamento em obras de saneamento, designadamente nas obras no Casal de S. Tomé. -----

----- Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** que tinha registado a intervenção do Sr. João Távora e que futuramente iria agir em conformidade. -----

----- Seguiu-se a habitual troca de votos de boas festas entre os presentes. -----

----- **ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo cerca de vinte horas e quinze minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Mário Ribeiro Maduro, *Dr.*)

O 1.º Secretário,

(Nelson Miranda Cadete, *Prof.*)

A 2.ª Secretária,

(Regina Maria Duarte Serrano, *Eng.ª*)